



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE UNB PLANALTINA - FUP

LAÍS FERRAZ LIMA

**A ATUAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DOS ALIMENTOS NA
COOTAQUARA**

PLANALTINA – DF

2013

LAÍS FERRAZ LIMA

**A ATUAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NA
COOTAQUARA**

Relatório Final de Estágio Supervisionado
Obrigatório do curso de Gestão do
Agronegócio da Faculdade UnB Planaltina
para obtenção do diploma de graduação,
sob orientação do professor Mauro Eduardo
Del Grossi

PLANALTINA – DF

2013

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos da minha família, aos meus pais, Marco Antônio e Edna Filomena, ao meu namorado Marcus Yuri e meu irmão, Gustavo, que sempre me deram apoio e motivação para seguir frente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado à oportunidade de nascer saudável e ter uma vida cheia de alegria e rodeada por boas.

Agradeço também ao minha família que me mostrou a importância de ter caráter e se esforçar, mesmo nas coisas mais simples, agradeço especialmente aos meus pais, Marco Antônio e Edna Ferraz, que me ensinaram os valores que levarei por toda a vida e por me darem amor incondicional independente da situação.

Agradeço a minha avó Antônia que sempre me parabenizou e se orgulhou de mim e também a minha avó Nina que olha por mim e toda minha família no plano espiritual.

Agradeço aos meus amigos e colegas de curso que fizeram de cada momento passado na UNB único, com eles fiz trabalhos em tempos recordes, ri de coisas sem sentido e superei diferenças e dificuldades. Agradeço especialmente aos meus queridos amigos: Paola Vasconcelos, Viviane Garcia, Maurício Bezerra, Raquel Martins, Leonardo Costa, Juliana Cabús e Gustavo Soares.

Agradeço ao meu namorado Marcus Yuri, que sempre esteve ao meu lado, me motivando e não me deixando desistir quando as coisas ficaram difíceis, obrigado por me incentivar nas minhas decisões e colaborar na elaboração deste trabalho.

A minha cachorra, Nani que me recebia todos os dias em casa com entusiasmo e alegria e me fazia sentir única.

A todos os funcionários da Universidade de Brasília, mas especialmente para o Ivonaldo da secretária que sempre fez seu trabalho com dedicação e ajudou todos os alunos da melhor forma que pode, e aos funcionários da limpeza e segurança que fizeram dos meus horários de almoço momentos extremamente agradáveis.

Aos meus professores, por me passarem seus conhecimentos e experiências, me mostrando que diferentes pontos de vista e crenças podem caminhar juntos. Agradeço especialmente os meus queridos professores: Reinaldo Miranda, Fernanda Nascimento, Mauro Del Grossi, Vânia Ferreira.

Obrigado a todos por caminharem comigo nessa importante fase da vida, sendo sempre pacientes e compreensivos.

A ATUAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTO NA COOTAQUARA

Autora: Laís Ferraz Lima

Orientador: Mauro Eduardo Del Grossi

RESUMO

O presente trabalho faz parte do cumprimento da disciplina Estágio Curricular Supervisionado do curso Gestão do Agronegócio do campus Planaltina, com finalidade de conclusão do curso. O objetivo deste trabalho é apresentar o funcionamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado através do art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, na Cooperativa Agrícola da Região de Planaltina - DF- COOTAQUARA. Neste trabalho é abordado o que são políticas públicas e como surgiram as políticas voltadas para a agricultura familiar. Inicia-se com uma breve apresentação sobre o PRONAF e o conceito de cooperativas, mostrando como surgiram e seu histórico no Distrito Federal. O objetivo desse trabalho é relatar a experiência de COOTAQUARA na participação do programa PAA, mostrando seus principais dificuldades e sucessos.

Palavras-chave: Programa de Aquisição de alimentos (PAA); Agricultura Familiar; Políticas Públicas; Cooperativa; Distrito Federal.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da rede do PAA.....	16
Figura 2 - Evolução do número de cooperativas do Sistema OCB de 2001 a 2011.....	22
Figura 3 - Evolução do número de cooperados do Sistema OCB de 2001 a 2011.....	22
Figura 4 - Distribuição de cooperativas por estado	23
Figura 5 - Produtos da agricultura familiar 2012	25

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Modalidades do PAA	15
Tabela 2 - Características que diferenciam as cooperativas de empresas.	21
Tabela 3- Produtos produzidos na COOTAQUARA	28
Tabela 4 - Produtos entregues ao PAA pela Cootaquara em 2012.....	31
Tabela 5 - Produtos entregues ao PAA pela Cootaquara em 2013.....	31

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. OBJETIVOS	8
3. CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DE REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO...	9
4. REFERENCIAL TEÓRICO	10
4.1 BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	10
4.1.1 Políticas públicas para a agricultura familiar	12
4.1.2 O Programa de Aquisição de Alimentos	13
4.2 CARACTERIZAÇÃO DE COOPERATIVA	18
4.2.1 Histórico das cooperativas no Distrito Federal	23
4.3 A AGRICULTURA NO DISTRITO FEDERAL	24
5. A COOTAQUARA.....	26
5.1 A COOTAQUARA E O PAA	30
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

1. INTRODUÇÃO

O Governo Federal no ano 1996 criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF, cuja institucionalização ocorreu através do Decreto Presidencial nº 1.946, datado de 28/07/1996, esse fortalecimento se vem através de apoio técnico e financeiro. Desde então o programa sido a principal política pública do Governo Federal de auxílio aos agricultores familiares. O seguimento da agricultura familiar se deu oficialmente em 2006, após a aprovação da Lei 11.326, que é conhecida como a Lei da agricultura familiar, através dela ficou definido de forma clara quais critérios dividem agricultores familiares e institucionais. A agricultura familiar, segundo o Vieira e Viana (2007), é constituída por pequenos e médios produtores, o que representa a grande maioria de produtores rurais no Brasil, representando cerca de 86% do total de produtores do país, porém essa quantidade possui apenas 25% da terra. Alguns produtos essenciais da dieta dos brasileiros são produzidos em sua maioria por produtores rurais familiares, entre esses produtos estão o feijão, mandioca, milho e animais como porco e frango.

Entre as políticas existentes no dentro do PRONAF uma que vem obtendo destaque é o Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA, segundo o MDA ele atua em todo o território brasileiro, a sua criação ocorreu no ano de 2003, através da lei 10.696, sua finalidade é adquirir de forma direta alimentos produzidos por produtores familiares enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, deste modo o governo pode sustentar o preço no período de safra, incentivar o produtor a agregar valor ao seu produto e continuar produzindo, uma vez que seu produto é comercializado a um preço justo.

Neste trabalho, além de uma breve explicação sobre políticas públicas e PAA mostraremos como essas políticas são aplicadas em uma cooperativa do Distrito Federal, a COOTAQUARA desde o ano de 2011 comercializa parte dos seus produtos através do PAA.

2. OBJETIVOS

O presente trabalho tem por objetivo, apresentar como a experiência da Cooperativa Agrícola da Região de Planaltina - DF- COOTAQUARA, no programa de Aquisição de Alimentos, o PAA, demonstrando como o programa é trabalho dentro da cooperativa, mostrando os principais desafios enfrentados durante sua participação do programa.

Como objetivos específicos, será mostrado, ainda, o histórico das políticas públicas de fomento à agricultura familiar, mostrando como se deu a criação do PRONAF, abordando o conceito de cooperativas, mostrando como surgiram e seu histórico no Distrito Federal.

É necessário caracterizar a instituição a qual estou realizando o estágio? Através dela consegui os contatos necessários para a realização do TCC mas o trabalho não é necessariamente sobre algum órgão de dentro da Administração Regional de Planaltina.

3. CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DE REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

O estágio foi realizado na Administração Regional de Planaltina e a área de atuação do estágio foi na Gerencia de Apoio Rural – GeAR, que auxilia aos moradores e produtores da área rural de Planaltina a obter autorização para ligação de rede elétrica, alvará de construção e faz a ponte das demandas relacionadas a estrutura das áreas.

A administração é uma auxiliar do Governo do Distrito Federal e Federal sua função é gerir os recursos destinados para a cidade, sanando os problemas relacionados a estrutura, saneamento, educação, saúde e segurança. Deste modo as reais necessidades da cidade chegam mais facilmente as entidades responsáveis.

A Administração é composta por um Administrador, o Professor Nilvan Pereira, que é auxiliado por 4 assessorias, 5 diretorias, 12 gerências, 14 núcleos além da ouvidoria. Na sede da administração também são encontrados serviços como o do Instituto de Defesa do Consumidor (PROCON) e Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF (CODHAB)

É de responsabilidade da Gerencia de apoio rural promover reuniões periódicas as associações do núcleo rural de Planaltina, nessas reuniões são discutidas as principais demandas das comunidades, como muitos moradores são produtores a Secretaria de Agricultura e a Emater sempre estão presentes para propor soluções e instruir os representantes dessas comunidades sobre a importância da regularização perante o governo, divulgar cursos de capacitação e falar das políticas públicas existentes para agricultores familiares e patronais.

A administração está presente nos principais eventos ligados agricultura no Distrito Federal, uma vez que a cidade possui a maior extensão rural da região, essa participação tem como objetivo incentivar os produtores locais na divulgação dos seus produtos.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

O presente trabalho está estruturado em seis capítulos, incluindo a introdução e os objetivos. O capítulo quatro serve de base teórica para que o trabalho possa ser entendido de forma correta, o mesmo está dividido em três sessões, a primeira delas fará um breve relato de como as políticas públicas surgiram, mostrando as principais voltadas para a agricultura familiar e como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que é o foco principal do trabalho, surgiu no cenário Brasileiro. A segunda parte é responsável por conceituar o que são cooperativas, mostrando como elas surgiram e quais os princípios que as regem, neste capítulo também será mostrado como e quando as cooperativas começaram no Distrito Federal. Na terceira e última sessão será mostrado o cenário agrícola do Distrito Federal, mostrando as principais regiões rurais e produtos que a região produz.

Na quinta sessão do trabalho, será apresentada a Cooperativa Agrícola da Região de Planaltina – COOTAQUARA, a qual será o objeto de estudo, neste capítulo será falado como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) vem atuando na cooperativa, afim de mostrar quais produtos são comercializados pelo programa, quantos cooperados participam e o motivo pelo qual os produtores decidiram participar do programa.

4.1 BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas vigentes no Brasil vem pela característica de providencia do Estado, garantindo recursos gratuitamente para a população, ou seja, são ações desencadeadas pelo mesmo que atuam em escala federal, estadual e municipal, visando atender determinados setores da sociedade, essas ações podem ser feitas em parceria, ou não, de empresas privadas.

O conceito clássico de política pública é dado por Lowi (1985 apud REZENDE, 2004,p.13): regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de influenciar, alterar, regular o comportamento individual ou coletivo através do uso de sanções positivas e negativas.

Segundo Teixeira (2002, p. 02)

Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas,

sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

São entendidas tais ações desencadeadas pelo estado como uma forma de dar isonomia para toda a população em escala federal, desde os mais abastados aos menos favorecidos, sendo as demandas destinadas e distribuídas com base nas condições e requisitos de determinadas correntes identitárias, segundo Silveira (2007) políticas públicas podem ser entendidas como um conjunto de normas que orientam práticas e respaldam os direitos dos indivíduos em todos os níveis e setores da sociedade. Elas devem ter como base os princípios da igualdade e da equidade, disseminando o sentido de justiça social. Entende-se que os recursos destinados para as políticas públicas são alocados pelo governo de forma eficiente, visando atender da melhor forma as demandas da sociedade.

Segundo Bucci (2006), a característica principal de política pública é o fato de ser um programa de ação. O ideal de uma política pública é o atingimento dos objetivos sociais pretendidos, ou seja, alcançar os resultados estabelecidos em um determinado período de tempo.

Segundo Gonçalves e Serpa (2012) as políticas públicas nascem da demanda da sociedade, podendo ela ser uma demanda nova, ou seja, as que resultam do surgimento de novos fatores políticos ou novos problemas, as demandas reprimidas, que são aquelas constituídas por um estado de coisa, ela já existe, porém é reprimida por algum motivo, e as demandas recorrentes, que são aquelas que expressam problemas não resolvidos ou mal resolvidos.

Ainda segundo Gonçalves e Serpa (2012) o que difere a política pública de uma lei é que as leis são genéricas e abstratas, que regulam a conduta social como um todo, controlando as ações e os comportamentos dos indivíduos em âmbito federal, já as políticas públicas são criadas por várias legislações para uma mesma finalidade, ou seja, para determinado grupo identitário.

Para a criação de uma política pública são necessárias diversas etapas, a primeira delas é a formação da agenda aonde se discute o assunto os problemas em questão, levando em consideração qual o problema a ser resolvido, quais setores sociais serão atendidos, quais os custos para o estado e qual o interesse político, após a análise dos requisitos citados se tem início a segunda fase, que é a formulação da lei, que da forma a política pública, a terceira

fase é a implementação, aonde ela é posta em prática. Após a elaboração e implementação vem as fases de monitoramento e avaliação, que são tão importantes para o aperfeiçoamento da política públicas. No monitoramento e avaliação são fiscalizadas se as ações estão chegando aonde deveriam e qual a qualidade do serviço prestado, deste modo possíveis fraudes, má gestão dos recursos e desvios são fiscalizados.

4.1.1 Políticas públicas para a agricultura familiar

A agricultura familiar brasileira é composta de uma grande diversidade cultural, econômica e social, podendo ela ser feita no modo tradicional ou ser uma pequena produção modernizada, segundo Vieira e Viana (2001) a agricultura familiar responde por grande parte da produção de alimentos no Brasil e se constitui em 85,5% dos 4.859.864 estabelecimentos rurais, ocupando 30,5% da área (107,8 milhões de ha) e 37,9% do Valor Bruto da Produção agropecuária (18,1 bilhões do total), sendo assim é impossível negar a importância desse setor na economia brasileira. Em meados dos anos 90 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), até então não existia nenhuma outra política pública de abrangência nacional voltada para o agricultor familiar.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. (Res 4.107¹)

Ainda segundo a Resolução 4.107 o PRONAF financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

O Pronaf define agricultor familiar beneficiário do programa, como: aquele que possuir, pelo menos, 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária; detém ou explora estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais (ou até 6 módulos quando a atividade do estabelecimento for pecuária); explora a terra na condição de proprietário, meeiro, assentado, posseiro, parceiro ou arrendatário; utiliza mão-de-obra exclusivamente

¹A Resolução (4.107) encontra-se no Manual de Crédito Rural (MCR) 563. O Manual de Crédito Rural (MCR) codifica as normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e aquelas divulgadas pelo Banco Central do Brasil relativas ao crédito rural, às quais devem subordinar-se os beneficiários e as instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), sem prejuízo da observância da regulamentação e da legislação aplicáveis.

familiar, podendo, no entanto, manter até dois empregados permanentes; reside no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo. (BRASIL. MDA. PRONAF, 2007)

Para ser beneficiário do programa é necessário que o produtor tenha a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que foi criada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) para identificar os agricultores familiares, que obtida através de órgãos ou entidades cadastradas no MDA, um desses órgãos é a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Para dar entrada no documento da DAP o interessado deve levar ao órgão emissor o CPF e dados de seu estabelecimento, como área, número de pessoas residentes, composição da força de trabalho e da renda, endereço completo. No órgão credenciado o interessado irá preencher o formulário para dar entrada no pedido da DAP. Para os interessados o pedido de entrada da DAP também pode ser feito de forma eletrônica, segundo o MDA Pela via eletrônica, existem dois caminhos de acesso: os aplicativos homologados pela SAF e o aplicativo desenvolvido pela SAF, o DAPweb. Após a análise e comprovação da veracidade das informações e visitação na propriedade será emitida a DAP para os agricultores que se enquadrarem no perfil familiar.

Além da DAP existe a Declaração de Aptidão ao Programa de Aquisição de Alimentos (DAPAA) que é emitida pelo INCRA, essa declaração é destinada para Acampados da Reforma Agrária, sendo regulamentada pelo artigo 3º da Portaria MDA nº. 111, de 21/11/2003.

O Pronaf é uma política importante para o agricultor familiar, através dela o mesmo foi reconhecido e ajudado oficialmente pelo Estado, segundo Mattei (2005) o Pronaf é uma política que vem sofrendo seguidos aperfeiçoamentos, no sentido de transforma-lo efetivamente num instrumento capaz de atender ao conjunto de agricultores familiares em todos os municípios e regiões do país dentro de uma perspectiva que privilegie a inclusão dos agricultores familiares.

4.1.2 O Programa de Aquisição de Alimentos

O Programa de aquisição de alimentos foi criado pelo Governo Federal através do art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, e tem como finalidade promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Segundo Viana e Viegas (2007) entre os objetivos do programa destacam-se a geração de renda e sustentação de preços aos agricultores familiares, o fortalecimento do associativismo e cooperativismo, o acesso a uma

alimentação diversificada para a população em insegurança alimentar e nutricional. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) o PAA visa fortalecer a agricultura familiar utilizando mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção, ou seja, segundo a lei que o regulamenta é dispensável a licitação para a compra, desde que os preços não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais. Os produtos comprados através do programa se destinam à distribuição para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e à formação de estoques estratégicos.

O PAA é voltado para agricultores familiares enquadrados no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), assim como para os povos de comunidades tradicionais qualificadas de acordo com o decreto nº 6.040 de 07/02/2007- extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra acampados (definidos de acordo com a portaria do MDA nº 111 de 20/11/2003), comunidades indígenas e pescadores artesanais.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) o PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Além disso, o Programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo.

O PAA foi instituído, passando a ser executado pelos seguintes formatos: PAA compra direta, o PAA compra local, o PAA compra antecipada, o PAA leite e o PAA compra especial antecipada. Cada um desses modelos de compra está baseado no preço de mercado e apresenta diferentes formas de operações (CONAB, 2004).

Na tabela a seguir será mostrado quais as modalidades existem no PAA.

Sigla	Título	Ementa
CDLAF	Compra Direta Local da Agricultura Familiar	Promove a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho e renda no campo. É operada pelos Governos Estaduais e Prefeituras Municipais.
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar	Possibilita a aquisição de alimentos pelo Governo Federal, a preços de referência, de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações). É operada pela CONAB
CAEAF	Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar – Doação Simultânea	Visa adquirir alimentos de agricultores familiares organizados em grupos formais (cooperativas e associações), com vistas à doação para instituições governamentais ou não governamentais que desenvolvam trabalhos publicamente reconhecidos de atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. É operada pela CONAB.
CPR –Estoque	Formação de Estoques pela Agricultura Familiar	Visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoques em suas próprias organizações. É operada pela CONAB.
IPCL	Incentivo à Produção e Consumo do Leite	Propiciar o consumo do leite às famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional e incentivar a produção familiar. É operada pelos Governos Estaduais.

Tabela 1-Modalidades do PAA

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

A gestão do PAA é de responsabilidade de um grupo formado pelo: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, sobretudo através da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério da Educação (MEC). Cabe a este grupo definir as medidas necessárias para a execução do programa, como sistemática de aquisição dos alimentos, regiões prioritárias, preços pagos segundo diferenças regionais e condições da agricultura familiar e condições de doação e venda dos produtos. Além dos gestores citados acima, existem os gestores executores que são os Estados, municípios e a CONAB; e os gestores locais que são formados pelas organizações de

agricultores (cooperativas, associações etc.) e entidades sócio assistenciais. O controle social é atribuído à sociedade através das suas representações no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) – âmbito nacional, estadual e municipal – no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), também âmbito nacional, estadual e municipal), nos conselhos de Alimentação Escolar (CAE) e outros (esfera municipal).

A operacionalização o PAA é possível pois seus recursos provem do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi institucionalizado pela Lei nº 10.696/2003 e regulamentado pelo Decreto nº 6.447/2008, sendo executado em parceria com estados, municípios e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

A figura a seguir sintetiza as principais operações e fluxos de recursos e ações do PAA.

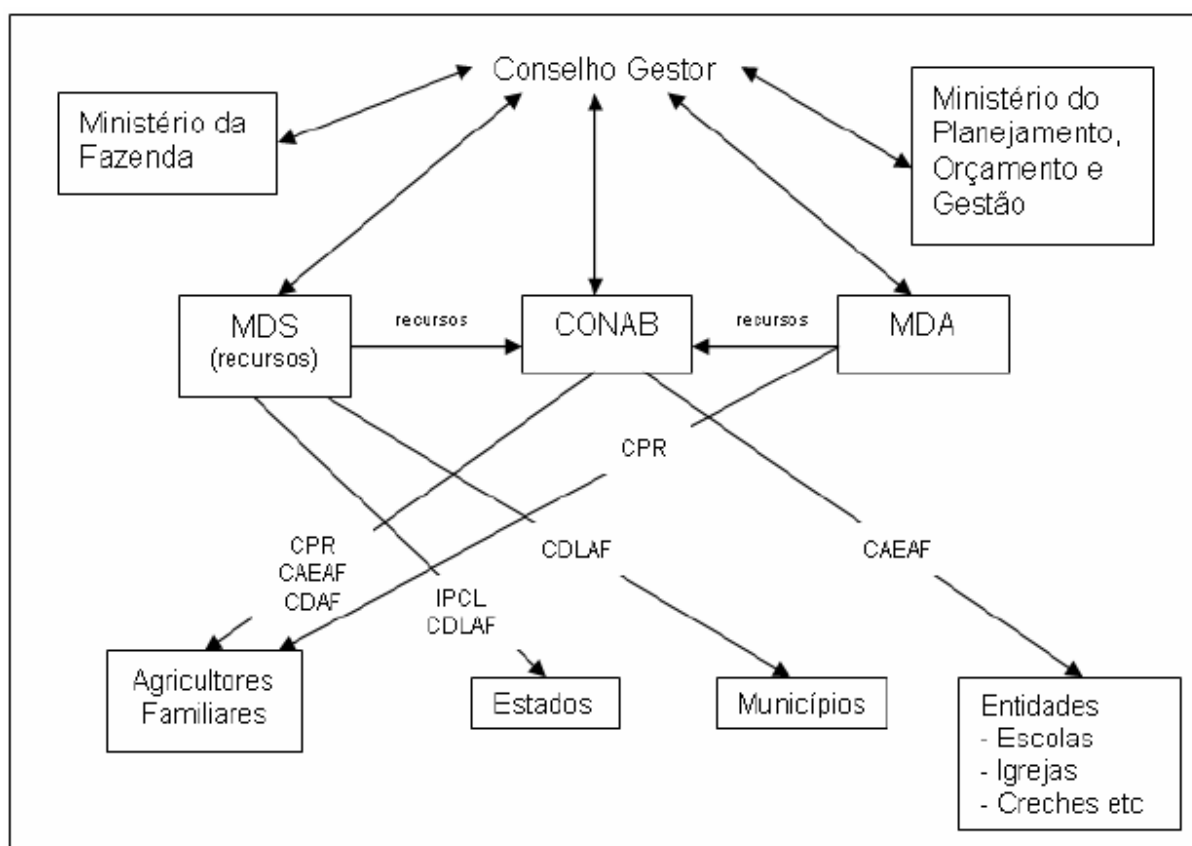


Figura 1 - Organograma da rede do PAA

Fonte: Müller (2007)

Segundo a regulamentação do PRONAF, os que podem comercializar para o PAA são: os agricultores familiares, agroextrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA nº. 111, de 20/11/03), comunidades indígenas e ribeirinhos, que se enquadrem nos grupos “A”, “B”, “C” ou “D” do PRONAF, tendo como obrigação a apresentação da DAP ou a Declaração de Aptidão ao PAA (DAPAA) (exclusiva para famílias de trabalhadores rurais sem terras acampados). O Programa adquire alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, o limite de compra de produtos depende da modalidade praticada, na formação de estoque, compra institucional, compra direta e o PAA Leite o limite é de R\$8.000,00 a cada ano, e na doação simultânea o limite para venda individual é de R\$:5.500,00 ao ano e para acesso por meio de organização fornecedora é de R\$: 6.500,00 ao ano. Lembrando que a combinação de vendas entre as modalidades não pode extrapolar R\$24.000,00 anuais.

Segundo Delgado *et al.* (2005) em uma avaliação geral do PAA:

“O programa tem contribuído à recuperação dos preços recebidos pelos agricultores, havendo casos em que o simples anúncio da compra pública de determinado produto foi suficiente para elevar os preços agropecuários. Em algumas situações, o mercado local absorve a produção antes mesmos das compras públicas serem efetuadas, o que dispensa a realização das mesmas (caso de compras públicas para a formação de estoques, por exemplo, cujo um dos objetivos é a elevação dos preços).”

A possibilidade de venda de seu produto para o governo dá ao produtor rural uma opção a mais para o produtor, uma vez que o não haja mercado para absorver seu produto ou o preço não seja condizente com seus custos de produção. Os produtos adquiridos pelo PAA são recebidos nas Unidades de Recebimentos e Distribuição de Alimentos (URDA) localizadas em cidades aonde o programa atua.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e combate a Fome (2010)

As Unidades de Apoio à Unidades de Recebimentos e Distribuição de Alimentos – URDA são espaços físicos estruturados e equipados com a finalidade de auxiliar o desenvolvimento de atividades de distribuição dos gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, em especial os adquiridos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e de apoio à comercialização direta da produção de alimentos da agricultura familiar nos mercados locais e regionais visando o desenvolvimento de projetos de inclusão social e produtiva e o fortalecimento de sistemas agroalimentares de base agroecológica e solidária.

Ainda segundo o manual nas Unidades de Recebimentos e Distribuição de Alimentos, os gêneros alimentícios passam pelas etapas de triagem, higienização, separação, processamento (opcional) e acondicionamento, e só então são distribuídos.

Os beneficiários que recebem alimentos oriundos do PAA são as pessoas (estudantes de escolas públicas, crianças, gestantes, idosos, deficientes, doentes, famílias, indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária, pessoas atingidas por barragens, vitimadas por calamidades públicas, moradores de rua e de lixões assim como pessoas com insuficiência de renda) que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou de insegurança alimentar e nutricional e que sejam concomitantemente atendidas por programas sociais, por entidades cadastradas nos Bancos de Alimentos, bem como por entidades públicas e/ou da sociedade civil integrantes da rede sócio assistencial que forneçam refeições.

Os produtos que são comercializados pelo PAA incluem gêneros alimentícios que são próprios para o consumo humano, incluindo alimentos perecíveis e característicos dos hábitos alimentares locais. Podem estar “in natura” ou processados, os alimentos devem ser de produção própria dos agricultores familiares e devem cumprir os requisitos de controle exigido pelas entidades beneficiárias consumidoras, estes alimentos devem respeitar os padrões de qualidade exigidos pelos órgãos de vigência sanitária e devem estar limpos e acondicionados de forma adequada. Muitos desses produtos são comprados para a formação de estoque, alguns deles permanecem guardados por até um ano, os estoques devem ser prioritariamente doados, podendo ser vendidos somente em casos excepcionais, mediante autorização do Ministério. Esses alimentos têm sido utilizados especialmente para compor as cestas distribuídas a grupos populacionais específicos.

O pagamento das vendas feitas pelo PAA segundo o manual operacional deverá ser efetuado no prazo de até 10 (dez) dias a partir da data de recebimento da documentação, devendo o produtor indicar a instituição bancária, o número da agência e da conta corrente para o recebimento do valor referente à venda do produto. Para os produtores que não possuem conta bancária, o pagamento será feito em agências a qual o mesmo tenha conta vinculada, o saque é feito através do CPF e documentos oficiais.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DE COOPERATIVA

A forma de associação feita por meio de cooperativas tem sido usada ao longo dos anos como forma de fortalecer e ampliar a força de trabalho de um conjunto de trabalhadores, a forma de associação tende a oferecer negócios mais vantajosos para o todo, uma vez que as

necessidades e carências individuais podem ser supridas com a ajuda de outro cooperado, desta forma é possível adquirir bens duráveis e de consumo por um preço mais justo.

A forma de ajuda por meio de cooperação existe desde os tempos mais antigos, séculos atrás elas eram vistas como uma forma de sobrevivência, às crises econômicas, políticas e sociais, bem como às mudanças.

A união de tribos especializadas para um trabalho ou uma caça comum, e outros tantos, são exemplos de práticas pré-históricas que já se baseavam no espírito cooperativista. Porém na história, a partir do século XVIII, junto a Revolução Industrial, pela revolta da população trabalhadora, que era oprimida, pressionada, mal remunerada, muitas vezes escravizada, as lideranças operárias criaram algumas associações de caráter assistencial. Começa então a ideia de ajuda mútua, partindo deste pensamento no ano de 1844 um grupo com 27 tecelões de Manchester, na Inglaterra, criam a primeira cooperativa, a "Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale", através dessa cooperativa os associados tinham acesso à compra de alimentos, sem depender dos grandes comerciantes (GAWLAK, 2007, p.18)

O cooperativismo se baseia em ideais que visam a cooperação, eles foram elaborados, criados e estudados por líderes e pensadores da época da fundação da primeira cooperativa na Inglaterra. Estes princípios foram usados até os dias de hoje, porém sofreram algumas pequenas alterações para se adaptar a realidade atual, de acordo com a cartilha de cooperativismo (SESCOOP/DF, 2003), os princípios que regem as cooperativas são:

1º Princípio: Adesão voluntária e livre – qualquer pessoa tem liberdade de associar-se a uma cooperativa, sendo que existem alguns critérios de adesão, como: conhecer a doutrina, filosofia e os princípios cooperativistas; conhecer os objetivos, o estatuto e a estrutura da cooperativa; conhecer os direitos e deveres do associado; ter o firme propósito de ser um associado fiel, atuante e participativo e ser um empreendedor e acreditar na cooperativa, pois será dono, junto com os outros. Algumas restrições: interesses conflitantes (atividades paralelas) e impossibilidade técnica de prestações de serviços. Cada cooperativa tem estatuto e regimento interno com normas quanto à adesão de novos associados.

2º Princípio: Gestão democrática e livre – a cooperativa é administrada conforme a vontade dos associados. São eles que defendem as prioridades e objetivos estabelecidos.

3º Princípio: Participação econômica dos associados – os associados integralizam o capital social da cooperativa mediante quotas-partes. Os membros contribuem equitativamente para o capital das cooperativas e a controlam democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa.

4º Princípio: Autonomia e independência – as cooperativas são empreendimentos autônomos, controlados por seus associados.

5º Princípio: Educação, formação e informação – objetiva o desenvolvimento cultural e profissional do associado e da sua família.

6º Princípio: Cooperação entre cooperativas – As cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7º Princípio: Interesse pela comunidade – as cooperativas contribuem para o desenvolvimento da comunidade com a geração de empregos, produção, serviços e preservação do meio ambiente, mediante políticas aprovadas pelos seus associados.

Existem diversas organizações cooperativas, elas são classificadas de acordo com o ramo que atuam, podendo ser: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infra- estrutura, mineral, trabalho, produção, saúde, transporte, turismo e lazer.

De acordo com Veiga & Fonseca (2002), esses segmentos têm a sua variedade de funções, o que prevalece aqui é a distinção das cooperativas de acordo com a quantidade de setores ou produtos a que se dedicam. O quadro a seguir mostrará quais são as principais características que diferem uma cooperativa de uma empresa.

SOCIEDADE COOPERATIVA	SOCIEDADE MERCANTIL
É uma sociedade de pessoas que funciona democraticamente.	É uma sociedade de capital que funciona hierarquicamente.
Mínimo de 20 pessoas.	Mínimo de 1 pessoa.
Seu objetivo principal é a prestação de serviços aos seus associados.	Seu objetivo principal é o lucro.
O associado tem o direito a um voto nas assembleias gerais. As associações entre cooperados se dão em cima de propostas.	Cada ação ou quota corresponde a um voto nas assembleias. Aqui as associações se dão majoritariamente entre os que detêm mais capital na empresa.
O controle é democrático.	O controle é financeiro.
As cotas não podem ser transferidas a terceiros.	As ações ou quotas podem ser transferidas a terceiros.
Afasta ou disciplina as ações dos intermediários.	São, muitas vezes, os próprios intermediários.
Os resultados retornam aos associados de forma proporcional às operações efetuadas com a cooperativa.	Dividendos retornam aos sócios proporcionalmente ao número de ações de cada um.
Aberta a participação de novos associados.	Pode limitar a quantidade de acionistas.
Defende preços justos.	Defende o maior preço possível.
Promove integração entre as cooperativas.	Promove concorrência entre as empresas.
O compromisso é educativo, social e econômico.	O compromisso é puramente econômico.
Nas assembleias gerais, o quórum é baseado no número de associados presentes.	Nas assembleias gerais, quórum é baseado no capital presente.

Tabela 2 - Características que diferenciam as cooperativas de empresas.

Fonte: Veiga & Fonseca (2002, p. 77).

No Brasil, a representação das cooperativas é feita pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, ela foi criada em 1969, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo. Entre as atribuições da OCB estão: responsável pela promoção, fomento e defesa do sistema cooperativista, em todas as instâncias políticas e institucionais, também é de sua responsabilidade o aprimoramento desse sistema, o incentivo e a orientação das cooperativas.

No ano de 2011, a OBC realizou um estudo para mostrar qual o perfil dos cooperados e suas evoluções ao longo dos anos. Com relação ao número de cooperativas observa-se:



Figura 2-Evolução do número de cooperativas do Sistema OCB de 2001 a 2011

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (2011)

Em relação ao número de cooperados, é possível observar no gráfico abaixo:



Figura 3 - Evolução do número de cooperados do Sistema OCB de 2001 a 2011

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (2011)

É possível notar que apesar do número de cooperativas ter diminuído no Brasil, o número de cooperados cresceu. Isto acontece devido a um movimento de ganho de produtividade e qualidade, em que algumas cooperativas estão se unindo, em processos de fusão e incorporação, para melhorar sua competitividade no mercado.

A distribuição das cooperativas no Brasil não é feita de forma uniforme, a região sudeste é a que concentra o maior número de cooperativas, assim como é mostrado na tabela abaixo:

REGIÃO	Nº DE COOPERATIVAS		VARIAÇÃO
	2011	2.010	
Sudeste	2.349	2.285	3%
Nordeste	1.738	1.718	1%
Sul	1.050	1.227	-14%
Norte	789	772	2%
Centro-Oeste	660	650	2%
TOTAL	6.586	6.652	-1%

Figura 4 - Distribuição de cooperativas por estado

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (2011)

4.2.1 Histórico das cooperativas no Distrito Federal

A história do cooperativismo no Distrito Federal tem os mesmos princípios dos outros lugares do mundo. Na construção de Brasília vieram pessoas de diversos estados brasileiros, com suas culturas, tradições e sonhos, em busca de melhores condições de vida. As duas cooperativas mais antigas no DF são a Cooperativa Agropecuária da região do Distrito Federal - COOPA-DF e a Cooperativa de Consumo dos Condutores Autônomos de Brasília – COOBRÁS, na época da fundação dessas cooperativas, alguns cooperados foram enviados para o Rio de Janeiro para receber treinamento, pois na região não existia nenhuma entidade que pudesse oferecer suporte técnico.

Segundo informações fornecidas pela COOPA-DF a cooperativa surgiu por meio de um projeto do Governo Federal, através da Secretaria de Agricultura e Produção e executado pela fundação Zoobotânica intitulado Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal – PAD/DF, o assentamento teve início em 1977, e buscava incorporar o processo produtivo das áreas rurais do Distrito Federal que até então eram inexploradas. Nos

dias de hoje a cooperativa, com 35 anos de existência conta com 120 e é reconhecida pela sua qualidade e altos índices de produtividade em todo o Brasil.

Estão cadastradas, no Distrito Federal, na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) atualmente em 129 cooperativas rurais e na região de Planaltina existem 3, que são COOTAQUARA, COARP e a COOPA-DF

4.3 A AGRICULTURA NO DISTRITO FEDERAL

A agricultura no Distrito Federal possui características que fazem com se diferencie do restante do país, além de um acesso a informação muito grande, por parte de entidades governamentais e não governamentais, a quantidade de agricultores familiares se equipara a de agricultores patronais. Segundo Orsi (2001), o DF tem uma estrutura agrária muito boa quanto à distribuição das propriedades por tamanho, é possível afirmar que a produção patronal está assentada na sua grande maioria em pequenas propriedades, o que contribui para o surgimento de inovações tecnológicas, custeadas pelo capital patronal e que poderão ser adaptadas para pequena produção familiar, quanto à própria patronal pode concorrer duramente com a agricultura familiar, nos nichos de mercado afins.

Outros fatores que exercem grande influencia na agricultura do DF são à alta renda da população e a grande diversidade cultural, que geram grande potencial de consumo dos mais diversos produtos. A facilidade de mapear nichos de mercado facilita na oferta de produtos e a formação de preço. Um reflexo da força da agricultura local, segundo a EMATER-DF 95% da produção local fica no DF, apenas 5% vai para outros estados.

A agricultura familiar no Distrito Federal é muito forte, segundo a EMATER-DF estão registrados na região 3.483 agricultores familiares com DAP. Esses agricultores são de grande relevância na produção local, pois mais da metade dos legumes produzidos são cultivados por agricultores familiares.

Segundo FRANÇA et.al (2009), no Distrito Federal no ano de 2006 foram localizados 1.824 agricultores familiares, eles representavam 46% da quantidade de estabelecimentos do Distrito Federal mas ocupavam apenas 4% do território, mesmo com uma parte relativamente pequena do território o valor bruto de sua produção era de 47 milhões de reais. Quando a quantidade agricultores familiares existentes nesses dois períodos é

comparada é possível notar que número de estabelecimentos quase que dobrou em menos de 8 anos.

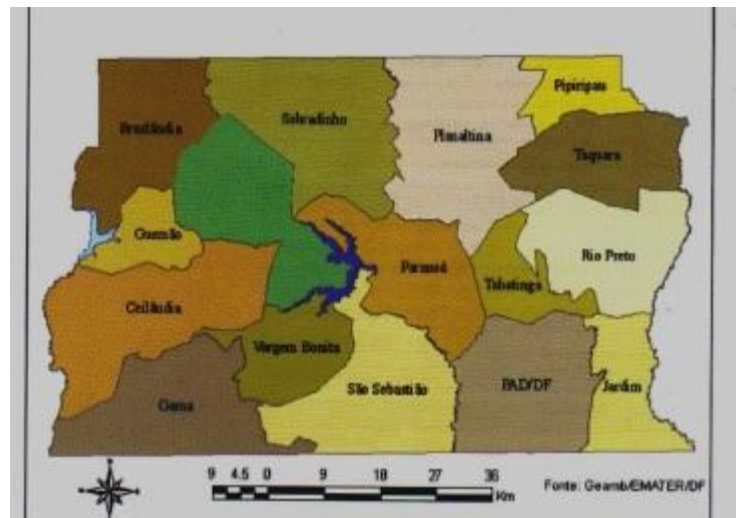


Figura 5- Regiões /Áreas rural do Distrito Federal

Fonte:

EMATER-DF segundo TAVARES (2010)

A ilustração acima mostra as 15 áreas/regiões rurais do Distrito Federal, e segundo TAVARES (2010) a região de Taguara, Jardim, Rio preto e Píripau concentram grande parte dos estabelecimentos rural do DF, e conseqüentemente a maior parte da produção familiar.

A produção de frutas como a laranja e a goiaba também são destaques, como pode ser visto na figura abaixo.

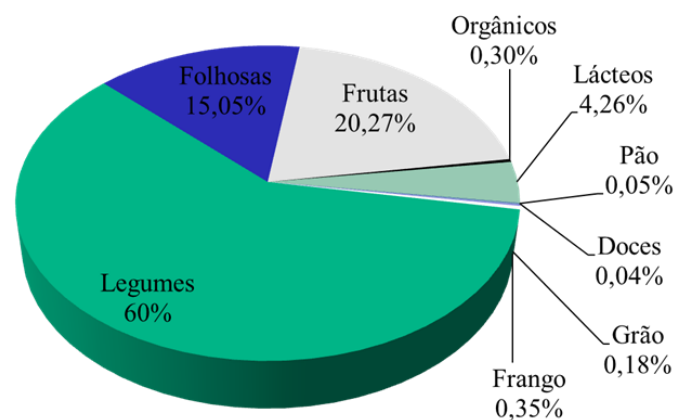


Figura 6 - Produtos da agricultura familiar 2012

Fonte: EMATER-DF

A variedade dos alimentos e produtos que são produzidos na região faz com que haja diversidade e um equilíbrio econômico quanto aos preços e grande variedade de produtos no mercado. A orientação dos produtores quanto a produtos com melhor rentabilidade e inovações para melhorar a qualidade e a produção parte da EMATER- DF, por meio da assistência técnica e programas institucionais que valorizam a agricultura familiar.

Em 2010 a EMATER lançou o Rural – Pró, um software livre, que foi desenvolvido por ela, e permite aos técnicos e aos agricultores, de maneira simples e objetiva, analisar o desempenho econômico de suas propriedades rurais e de suas atividades, além de possibilitar a realização de simulações em todas as áreas da propriedade. A capacitação do agricultor para operar o programa é feita através de cursos oferecidos periodicamente pela EMATER.

5. A COOTAQUARA

A Cooperativa Agrícola da Região de Planaltina - DF - COOTAQUARA está localizada no Núcleo Rural Taquara, Região Administrativa VI, Planaltina-DF. Ela é uma Sociedade cooperativa, de natureza civil, fundada em 31 de janeiro de 2001, rege-se pela Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, pela legislação complementar e pelo seu estatuto. A COOTAQUARA é um exemplo bem sucedido da união de um grupo de agricultores.

A cooperativa nasceu no ano de 2001, porém sua história de união começou em 1997, quando uma crise na olericultura regional forçou que uma associação de produtores fosse criada, com intuito de comercializar sua produção diretamente junto aos canais tradicionais (CEASA) e os atacadistas. Na época, era evidente a dificuldade dos pequenos agricultores na comercialização, que advinham da pequena oferta, sazonalidade da produção, falta de meios de transporte, custos de comercialização entre outros. A associação nomeada ASHORT (Associação dos Horticultores da Taquara e Pipiripau) era composta por sete sócios, todos eles pequenos agricultores familiares. Com o passar do tempo a associação incorporou diversas atividades, o que forçou sua transformação em cooperativa, contando com investimentos dos agricultores e apoio do governo

No ano de 2001 a COOTAQUARA iniciou suas atividades, contando com 21 associados, atualmente a cooperativa já conta com 242 associados, além de pelo menos outros

300 agricultores agregados, tais como parceiros e meeiros. A cooperativa comercializa em torno de 400.000 kg/mês de 40 produtos diferentes, ela conta com 56 empregados diretos, seis caminhões, departamento agropecuário, com compra conjunta e fornecimento de insumos aos cooperados, uma câmara fria, beneficiadora de hortaliças, lavadora de caixas, além de equipamentos diversos e um ótimo nome na praça. Atualmente a cooperativa beneficia diretamente mais de 2.500 pessoas e indiretamente toda a região.

Parte do que é produzido pela cooperativa é comercializado junto a CEASA e as grandes redes de supermercados do Distrito Federal, como Pão de Açúcar, Carrefour, Wallmarte, Supercei, entre outras redes em Brasília, além de ter parte exportada para Goiânia-GO, Manaus-AM, Belém-PA, Palmas-TO. Alguns fatores são importantes para a agregação de valor ao produto, alguns deles são: a padronização, a qualidade do produto, a oferta ao longo do ano, a diversidade de produtos, a sua logística de transporte e distribuição, o controle de rastreabilidade, a forma de embalagem e a regularização fiscal. A cooperativa não produz, porém comercializa as verduras e legumes dos cooperados, existe a sala de embalados onde embala hoje 25% dos produtos comercializados, além da venda de produtos para as grandes redes a cooperativa possui uma marca própria, a Chakra.

O sucesso da cooperativa vem refletindo de forma positiva na população local, ao longo dos 10 anos de existência, as melhorias relacionadas à saúde, educação e infraestrutura são visíveis por toda a região, na agrovila aonde a cooperativa está instalada no ano da fundação contava com 18 pequenos comércios e hoje conta com mais de 40, que atuam nos mais diversos ramos. A oferta de emprego na região é crescente, a cooperativa procura contratar pessoas da região para trabalhar em suas instalações e com seus associados, deste modo a distância entre a residência e o local de trabalho diminuem, as pessoas que são contratadas são capacitadas através de cursos oferecidos pela própria cooperativa ou entidades governamentais parceiras, como a EMATER-DF.

Segundo REZENDE (2012) a COOTAQUARA conquistou reconhecimento no mercado, devido à sua estrutura organizada para a comercialização, e o crescimento da cooperativa pode ser verificado pelo valor anual comercializado mostrado na tabela abaixo.

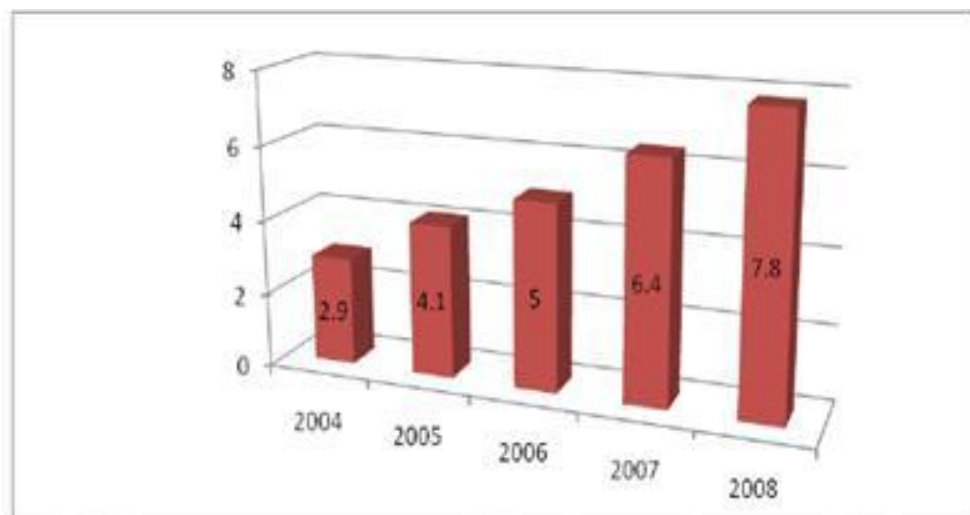


Figura 7 - Valores correntes comercializados anualmente pela Cootaquara, em milhões de reais no período de 2004 a 2008.

Fonte: TAVARES (2010)

A área de plantio das culturas comercializadas pela cooperativa mais que dobrou nos últimos 10 anos, representando, na região, mais de 1.000 ha, aonde são produzidos as culturas mostradas na tabela abaixo.

Produtos		
Abóbora Itália	Feijão Verde	Pimentão Misto
Abóbora Brasileira	Inhame	Pimenta de Cheiro
Abóbora Baiana	Jiló Branco	Pimenta Cambuci
Abóbora Moranga	Jiló Preto	Pimenta USA
Abacate	Limão	Pimenta dedo de moça
Batata Baroa	Mandioca	Ponkan
Batata Doce	Maracujá	Quiabo
Batata Yacon	Maxixe	Repolho
Berinjela	Pepino Preto	Repolho Roxo
Beterraba	Pepino Caipira	Tomate Extra
Brócolis	Pepino Japonês	Tomate Médio
Cabutiá	Pimentão Verde	Tomate Caqui
Cará	Pimentão Vermelho	Tomate Cereja
Cenoura	Pimentão Amarelo	Tomate Napoli
Couve-flor	Pimentão Creme	Vagem
Chuchu	Pimentão Roxo	
Ervilha	Pimentão Laranja	

Tabela 3- Produtos produzidos na COOTAQUARA

Fonte: elaboração própria a partir de dados da COOTAQUARA

Segundo informações do portal do Agronegócio, a região onde a cooperativa está instalada é conhecida como um dos principais pólos de produção de hortaliça do Distrito Federal, além de ser um dos mais importantes do país em produção de pimentão. Essa produção superior a média nacional é possível, pois os agricultores adotam a técnica de plantio protegido, que consiste em plantar dentro da estufa ou sob tela, deste modo é possível aumentar a produção em cerca de 50%. Segundo a EMBRAPA quanto a técnica de cobertura é adotada os pés de pimentão que cresciam até 1,20 de altura e podiam ser colhidos de 5 a 6 meses passam a crescer até 2,80 e seu tempo de produção passa para 9 meses. Muitos produtores pelo país não adotam a técnica de produção em estufa por conta do investimento inicial na estufa, pois uma com tamanho médio, que é de 350m², custa em torno de 8 mil reais ao produtor.

Para a EMBRAPA o plantio protegido é apenas uma das técnicas utilizadas pelos cooperados para aumentar sua produção, técnicas de alta tecnologia são adotadas por grande parte dos cooperados, um exemplo é a irrigação por gotejamento e a ferti-irrigação, que consiste na adição de potássio e nitrogênio na água.

No ano de 2010 a cooperativa recebeu o prêmio “Qualidade desde a origem” do Grupo Pão de Açúcar na categoria legumes, este prêmio é dado para os fornecedores que apresentam melhor qualidade nos produtos fornecidos. Essa qualidade superior aos demais produtores da região se deve a uma parceria da cooperativa com o SEBRAE, que desde 2008 promove a capacitação técnica dos agricultores visando o treinamento dos mesmos sobre Boas Práticas Agrícolas (BPA), manuseio pós colheita, rastreabilidade na cadeia produtiva, além de oferecer cursos sobre gestão e comercialização.

Além do SEBRAE, a Embrapa Hortaliças participou do projeto coordenado as atividades pós colheita. Segundo informações cedidas pela Embrapa, houve um levantamento dos principais problemas ligados a manipulação, transporte e armazenamento dos produtos. Após a análise das informações foram dadas sugestões para melhoramento.

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER- DF) tem uma unidade local no Núcleo Rural Taquara, o que facilita o acesso à informação de todos do Núcleo Rural Taquara, segundo a EMATER-DF a unidade local assiste 232 produtores patronais e 657 Familiares, seu quadro técnico é composto por dois agrônomos, dois técnicos agrícolas e um veterinário.

Estão definidos no estatuto da cooperativa a missão, a visão e os valores, que são:

MISSÃO: Fornecer alimentos com qualidade, respeitando e satisfazendo consumidores, assegurando o desenvolvimento econômico e social da região.

VISÃO: Ser uma cooperativa de excelência, onde as pessoas tenham satisfação e orgulho de pertencer e trabalhar.

VALORES: transparência, simplicidade, profissionalismo, busca constante de melhoria, crescimento com sustentabilidade, responsabilidade ambiental, responsabilidade social e compromisso com a comunidade.

5.1 A COOTAQUARA E O PAA

A participação da COOTAQUARA no Programa de Aquisição de Alimentos teve início no mês de outubro de 2013. A participação da cooperativa no programa já havia ocorrido em outras edições, que foram no ano de 2011 e 2012, o cadastramento deve ser feito de anualmente, pois a algumas modificações são feitas e aplicadas na edição seguinte. O interesse em participar do programa partiu dos próprios cooperados, eles enxergaram no programa uma possibilidade a mais de escoar sua produção a um preço justo. Durante uma reunião do conselho foi abordado o assunto e após uma explicação dos membros diretores sobre o programa muitos cooperados decidiram participar. A direção da cooperativa foi a responsável por dar todo o suporte aos cooperados, auxiliando os mesmos a na emissão dos documentos necessários. O principal documento para participar de qualquer programa relacionado ao Pronaf é a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que é emitido pela EMATER. Grande parte dos cooperados possuem as características necessárias para que a DAP seja emitida.

Nesta edição do programa, o qual a cooperativa participara até o mês de janeiro, irá entregar 24 itens entre verduras e legumes e banana. Não existe um tempo específico para que a cooperativa participe, o tempo é determinado pela quantidade de entregas programadas de cada cooperado. Segundo a Secretaria de Agricultura do Distrito Federal e EMATER -DF na edição 2013 do PAA participaram do programa 52 cooperados da Cootaquara, comparado ao ano de 2012, a quantidade de produtores participantes reduziu, uma vez que na edição

anterior eram 113 associados. Essa redução foi ocasionada por mudanças nas diretrizes do programa, o que inviabilizou alguns produtores de continuarem no programa.

Outra mudança que ocorreu foi na quantidade de produtos entregues, no ano de 2012, eram comercializados junto ao PAA 30 produtos, como mostrado na tabela abaixo:

ABACATE	BRÓCOLIS	MARACUJÁ
ABÓBORA ITÁLIA	CEBOLINHA	MAXIXE
ABÓBORA JAPONESA	CENOURA	MILHO VERDE
ABÓBORA SECA	CHUCHU	PEPINO
ALFACE	COUVE FLOR	PIMENTÃO
BANANA NANICA	COUVE MANTEIGA	QUIABO
BANANA PRATA	INHAME	REPOLHO
BATATA DOCE	JILÓ	TANGERINA PONKAN
BERINJELA	LIMÃO	TOMATE
BETERRABA	MANGA TOMMY	VAGEM

Tabela 4 - Produtos entregues ao PAA pela Cootaquara em 2012.

Fonte: Elaboração Própria ou a partir de dados da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal.

Nesse convênio a quantidade foi reduzida para 24 itens como mostrado abaixo:

ABÓBORA ITALIANA	BETERRABA	LIMÃO
ABÓBORA MENINA	BRÓCOLIS	MAXIXE
ABÓBORA SECA	CENOURA	MILHO
ALFACE CRESPA	CHUCHU	PEPINO
BANANA NANICA	COUVE-FLOR	PIMENTÃO
BANANA PRATA	COUVE MANTEIGA	QUIABO
BATATA DOCE	INHAME	REPOLHO
BERINJELA	JILÓ	TOMATE

Tabela 5 - Produtos entregues ao PAA pela Cootaquara em 2013

Fonte: Elaboração Própria ou a partir de dados da COOTAQUARA.

Outra mudança importante que aconteceu foi a forma de entrega, até a edição de 2012 todos os produtos eram entregues pela cooperativa na Unidade de Recebimento e Distribuição de Alimentos – URDA, localizada no parque de serviços de Planaltina. As

entregas eram realizadas as terças – feiras, no período de 8 horas da manhã até as 11:30 , lá os produtos passavam por uma triagem e eram separados para que no período da tarde as entidades beneficiadas cadastradas fossem buscar. Neste ano (2013) a captação dos produtos é feita na cooperativa, os produtores cadastrados no programa fazem a entrega dos alimentos na sede da cooperativa e de lá são triados e enviados diretamente para as entidades beneficiadas cadastradas no programa, deste modo a quantidade de perdas é menor. A responsabilidade de fiscalizar se a entrega está sendo feita correntemente e com a qualidade adequada é da EMATER, que faz seu trabalho junto à cooperativa e as entidades beneficiadas. Segundo dados da Secretária de Agricultura do Distrito Federal ao todo 21 entidades de Planaltina e Sobradinho, essas entidades são cadastradas e selecionadas por meio de cadastro no Conselho Municipal de Segurança Alimentar – COMSEA.

A qualidade dos produtos entregues, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, é determinada pelos órgãos de vigilância sanitária, eles devem seguir um padrão de qualidade para que possam ser melhores aproveitados pelas entidades receptoras além de estarem limpos acondicionados de modo adequado.

Em entrevista com Vilmar Valim, presidente do Grupo Luz e Cura, responsável por receber os alimentos para a instituição Lar Jesus Menino, o programa ajuda muito na melhora da alimentação das crianças assistidas, os produtos entregues são variados, mas não há uma lista especificando quais alimentos serão entregues durante as semanas, segundo ele isso dificulta o planejamento do cardápio. Os alimentos entregues pelo programa são de boa qualidade, mas segundo relato do senhor Vilmar, quando a seleção era feita diretamente na CEASA eles vinham mais frescos e a qualidade era superior a de hoje.

Os problemas relatados pelo senhor Vilmar, também são encontrados no Lar dos Velinhos Bezerra de Meneses, que é beneficiada desde o início de 2012, a instituição assiste 58 idosos e segundo Elisa Silva, funcionária da direção da instituição, a falta de uma cesta fixa dificulta no planejamento e a qualidade dos alimentos recebidos é boa mas algumas coisas poderiam vir melhor acondicionadas.

De acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, pagamento das vendas é feito de após a documentação de entrega da mercadoria deve estar devidamente preenchida e em posse dos órgãos responsáveis pela fiscalização, no caso do Distrito Federal a Secretária de Agricultura e a Conab são as

responsáveis por receber tal documento. Após o recebimento da documentação o governo deve realizar o pagamento em até dez dias, é dever da instituição fornecer os dados bancários de forma correta para que o pagamentos possa ser feito, no caso da COOTAQUARA todo o pagamento é feito diretamente para a conta da cooperativa e só depois distribuído para o cooperado de acordo com a sua participação nas vendas para o programa.

Através de dados obtidos por entrevista, o produtor Pedro de Almeida, cooperado da COOTAQUARA, informou que é a primeira vez que participa do programa e o que o motivou a participar do programa foi a segurança de pagamento e o preço tabelado das vendas, pois mesmo que o no mercado comum o preço venha a cair o valor pago pelo programa é fixo, o que facilita o controle financeiro. Segundo o mesmo, o valor das vendas é repassado pela cooperativa sempre nos prazos combinados.

Porém outro cooperado, o senhor João Rocha, que participou das edições de 2011 e 2012, relatou que alguns problemas no pagamento ocorreram na edição de 2012, o pagamento que deveria ocorrer até o décimo dia após a venda não foi feito como deveria, após mais de 40 dias e diversas idas as instituições responsáveis, como a EMATER- DF, CONAB e Secretária de Agricultura, o problema do pagamento foi resolvido, porém ele mesmo reconhece que o problema no pagamento foi um caso isolado, uma vez que seus vizinhos e outros cooperados que vendem para o programa não sofreram com o problema. O senhor João Rocha relata ainda que os preços que as mercadorias são compradas no PAA não compensam, uma vez que praticamente se equiparam aos do mercado comum que paga a vista, por esse motivo optou em não participar da edição de 2013.

Segundo informações passadas pelo presidente da cooperativa, o senhor Maurílio Cardoso, a cooperativa não participa de nenhum outro programa do governo, e através do PAA, a cooperativa que não possui fins lucrativos sobre estes produtos, pode repassar para o produtor um valor capaz de cobrir os custos de sua produção. Ainda segundo o presidente, não existiram dificuldades para que os produtores comesçassem a vender para o programa, uma vez que ele vem ganhando espaço entre os agricultores familiares por ser uma frente de renda segura para o produtor. Porém alguns cooperados como o senhor Benjamim Manuel, que participa do programa há duas edições, inclusive a de 2013, uma das principais dificuldades encontradas por ele para participar do programa foi a obtenção de toda a documentação necessária e a burocracia na aprovação do cadastro, em sua opinião esse é um dos principais motivos para afastam novos produtores.

Por mais que alguns problemas atrapalhem o funcionamento do programa, o valor recebido pelos produtores em auxiliando de várias maneiras, através da renda extra com valor fixo, é possível que o produtor faça um planejamento sobre como estes recursos serão investidos, outro fator importante é que a cooperativa vem incentivando toda a comunidade ao seu redor, como foi mencionado acima.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foi feito uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos e como ele é aplicado na Cooperativa Agrícola da Região de Planaltina (COOTAQUARA), através de entrevistas e pesquisas nas instituições responsáveis por sua aplicação, e na cooperativa diversos dados foram obtidos para a elaboração do mesmo.

Buscou-se compreender a partir deste trabalho, como é a atuação do PAA na prática, quais as principais dificuldades para o produtor e o que os motiva a participar do programa, além disso, foi mostrado como as instituições assistidas recebem os alimentos e qual a percepção das mesmas em relação a qualidade. Foi claramente falado durante todo o trabalho que as entidades do Estado estão atuando mais próximas aos produtores, podendo assim observar quais os principais gargalos, sejam eles dentro da porteira ou depois, deste modo mais políticas públicas que condizem com a realidade podem ser criadas.

Em relação os mercado, os produtos oriundos da cooperativa já são reconhecidos pela qualidade, porém receber o valor justo na venda por tamanho investimento não é tarefa fácil, no mercado, muitos consumidores olham apenas o preço não levando em consideração a origem deste alimento. O trabalho que está sendo feito na cooperativa em parceria com órgãos do governo visa justamente agregar um valor maior a este produto, afim de entrar em um mercado diferenciado, aumentando ainda mais as opções de mercado para o produtor.

Algumas dificuldades foram encontradas ao longo do trabalho, a maior dela foi a dificuldade de obter dados dos órgãos governamentais. A falta de comunicação entre as entidades faz com que muitas informações cheguem ao interessado de forma distorcida ou tardia. Os dados necessários para se ter dimensão do programa não se encontram centralizados em uma única instituição, o que dificulta a análise.

Porém essa dificuldade na obtenção das informações não afeta diretamente o fornecimento de alimentos pela COOTAQUARA, graças ao programa, os produtores possuem um mercado a mais para escoar sua produção, tudo isso gera uma melhora na qualidade de vida, tanto dos cooperados quanto de toda a comunidade ao seu redor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Disponível em: <www.conab.gov.br>. Acesso em: Novembro 2013

DELGADO, G.C.; CONCEIÇÃO, J. C.; OLIVEIRA, J. J. de. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar**. Texto para Discussão nº. 1.145. Brasília: IPEA, 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1145.pdf>. Acesso em: Outubro de 2013.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Disponível: <<http://www.embrapa.br>> . Acesso em: Novembro 2013.

FRANÇA, C.; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. **Censo agropecuário e agricultura familiar: 2006**. 2006. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/agro/dwn/CensoAgropecuário.pdf> >. Acesso em: Novembro 2013.

GAWALK, A. **Cooperativas: primeiras lições**. 2007. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/livrocoopprimeiraslicoes2010finalfinal.pdf>>. Acesso em: Novembro 2013

GONSALVES, Jonas Rodrigo; SERPA, Mauro. Direito e Políticas Públicas: Extrato da pesquisa de programas sociais vigentes em 2012. Brasília: JMG, 2012

GRISA, C. **Desenvolvimento Local, Políticas Públicas e Meios de Vida: Uma Análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Grupo de Pesquisa: Políticas Sociais para o Campo. 47º Congresso SOBER. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/105.pdf>>. Acesso em: Novembro de 2013.

MATTEI, Lauro. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em :<www.mda.gov.br>. Acesso em: Novembro 2013

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar: Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/paa/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf>. Acesso em: Outubro 2013

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Disponível em: < www.mds.gov.br >. Acesso em: Novembro 2013

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Manual de implantação: unidades de apoio à distribuição de alimentos da agricultura familiar**. 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/desenvolvimentoterritorial/territorios-da->

cidadania-1/arquivos/Manual%20de%20Implantacao%20-%20UADAF.pdf/download.>
Acesso em: Novembro 2013

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Plano operacional: Programa de Aquisição de Alimentos.** Disponível em: <http://www.paa.sc.gov.br/Manual_operacional_para_correcao.pdf>. Acesso em: Outubro 2013

MÜLLER, A. L. **A Construção das Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: O Caso do Programa de Aquisição de Alimentos.** Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes_teses/arquivos/mestrado/PGDR_M_62_MULLER.pdf>. Acesso em: Outubro de 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/>>. Acesso em: Novembro 2013

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Relatório da gerência de monitoramento: o panorama do cooperativismo brasileiro.** 2011. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama_do_cooperativismo_brasileiro__2011.pdf>. Acesso em: Novembro 2013

ORSI, S. D. **Desafios institucionais para a inserção das pequenas agroindústrias rurais no Distrito Federal.** 2001. Disponível em: <http://www.emater.df.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=695:desafios-institucionais-para-a-insercao-das-pequenas-agroindustrias-rurais-no-distrito-federal&id=63:repositorio-institucional&Itemid=107>. Acesso em: Novembro de 2013.

ROCHA, Aguiar; [et al.]. **Agricultura e abastecimento : políticas públicas e mercado agrícola .** Brasília, DF :Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, 2009.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF.** 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/394.pdf>>. Acesso em: Novembro de 2013.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL – SEAGRI-DF. Disponível em: <<http://www.agricultura.df.gov.br/>>. Acesso em: Novembro de 2013.

SILVEIRA, F. A.; [et al.]. **Caderno de psicologia e políticas públicas.** 2007. Disponível em: <<http://crppr.org.br/download/161.pdf>>

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf> Acesso em: Novembro 2013

VIEIRA, D. F. A; VIANA, C. A. S. **O programa de aquisição de alimentos- PAA e sua relação com o modo de funcionamento da agricultura familiar.** 2007. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/98d489686768a24d24fa7f0d1acabf81..pdf>> Acesso em: Novembro 2013